



PROCESSO Nº 0013812-12.2017.8.18.0140

DECISÃO

Consta que **ALDO LUÍS BARBOSA DORNEL e FRANCISCO VENICIO ALVES**, já qualificado nos autos do flagrante, foi preso pela suposta prática do crime de lesão qualificada pelo resulta, capitulado no art. 209, §3º, do CPM, contra as vítimas **EMILLY CAETANO COSTA, EVANDRO DA SILVA COSTA, DAIANI FELIX CAETANO**, fato ocorrido no dia 26/12/2017, por volta das 02h10min, na Avenida João XXIII, Proxima a Alemanha Veículos, nesta Capital.

A autoridade policial comunica a prisão em flagrante.

Auto de apresentação e apreensão de fl. 04.

Parecer psicossocial consignando que o autuado seja submetido a aplicação das medidas judiciais cabíveis ao caso.

Após o interrogatório do autuado, o Ministério Público e a Defesa se manifestaram em audiência, conforme termo que se encontra em anexo.

Síntese do necessário, passo a decidir.

O auto de prisão em flagrante delito preenche as formalidades legais exigidas pelos arts. 302 e 306 do CPP, tendo em vista que foi realizado mediante condutor e testemunhas, todos foram ouvidos e assinaram o auto, encontrando-se instruído com a nota de culpa, comunicações e advertências legais quanto aos direitos constitucionais do preso.

Portanto, não existem vícios formais ou materiais que possam macular a peça, razão pela qual, HOMOLOGO o presente auto de prisão em flagrante para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Passo a analisar a necessidade de manutenção da prisão.

Os requisitos para a decretação da prisão preventiva estão estabelecidos no art. 312 do CPP, o qual assevera que *“a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.”*

In casu, verifico evidenciados os pressupostos da prisão cautelar do autuado, os quais mitigam o princípio da presunção de inocência inserto na Carta Magna, ante os indícios de autoria e prova da materialidade colacionadas pela



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
PLANTÃO JUDICIÁRIO/AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Fórum Joaquim de Sousa Neto, Subsolo

Fone: (86) 3230-7824, e-mail: centraldeinqueritos@tjpi.jus.br

autoridade policial, consoante auto de apresentação e apreensão (fls. 04), e depoimentos prestados pelas vítimas e pelos policiais que acompanharam a diligência que gozam de fé pública (fls. 05/13).

Ressalte-se que o delito supostamente praticado pelo autuado é punido com pena privativa de liberdade abstrata superior a 04 (quatro) anos, o qual preenche o requisito exigido pelo art. 313, I do CPP, que admite a decretação da prisão preventiva no presente caso.

Ademais, consta na certidão positiva criminal de fls. 35, que o autuado ALDO LUÍS BARBOSA DORNEL responde a um procedimento criminal anterior, datado de 09/07/2016, pela suposta prática do crime de lesão corporal grave. (proc. 0002396-47.2017.8.18.0140), o que demonstram a propensão para práticas delitivas e torna inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

A anterior prática de crimes sem condenação, apesar de não poder ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes, pode servir para justificar a manutenção da prisão preventiva como garantia da ordem pública. É o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça, consoante **ENUNCIADO Nº 03, APROVADO NO I WORKSHOP DE CIÊNCIAS CRIMINAIS**: "*Consiste em fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva por garantia da ordem pública a existência de inquéritos policiais em andamento, ações penais ou ação para apuração de ato infracional que evidenciem a reiteração criminosa por parte do réu.*"

A propósito, jurisprudência do TJPI:

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRISÃO NECESSÁRIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE POSSUI REGISTRO DE ANTECEDENTES E DE ATOS INFRACIONAIS. POSSIBILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. 1. O registro de antecedentes e de atos infracionais demonstram a real possibilidade de reiteração criminosa e justifica a prisão preventiva do paciente como forma de garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 2. Ordem denegada. TJPI HC 201500010025000. 2ª Câmara Criminal. Relator: Des. Erivan Lopes. Julgamento em: 17/06/2015.

Quanto à garantia da ordem pública como motivo autorizador da manutenção da custódia do conduzido, há que se ressaltar que tal conceito reflete a paz e a tranquilidade que poderão ser abaladas, caso não seja recolhido à prisão, tendo ainda estreita vinculação com a periculosidade e o risco que trará à sociedade, se permanecer em liberdade.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
PLANTÃO JUDICIÁRIO/AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA

Fórum Joaquim de Sousa Neto, Subsolo

Fone: (86) 3230-7824, e-mail: centraldeinqueritos@tjpi.jus.br

Portanto, ao lume do exposto, com base no art. 310, II, combinado com o art. 312 e 313 do Código de Processo Penal, evidenciada a periculosidade e a gravidade concreta da conduta praticada, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE DE FRANCISCO ALDO LUÍS BARBOSA DORNEL e FRANCISCO VENICIO ALVES EM PRISÃO PREVENTIVA**, diante do justo receio de que em liberdade possa causar risco à ordem pública.

Expeça-se Mandado de Prisão Preventiva contra o mencionado autuado, incluindo-o no BNMP, e encaminhe-se cópia do Mandado de Prisão e desta decisão à autoridade policial que determinou a lavratura do flagrante delito para que o encaminhe de imediato para o estabelecimento prisional apropriado.

Intime-se. Cumpra-se.

Teresina/PI, 27 de dezembro de 2017.


José Olindo Gil Barbosa
Juiz de Direito Plantonista